

Código**103**

Data e horário

Domingo**23/2/2014****8 horas**

(Horário Oficial do Pará)

**Analista Judiciário: Área Apoio Especializado – Especialidade em Engenharia Elétrica****INSTRUÇÕES**

- Você receberá do fiscal:
 - um **caderno de questões** das **provas objetiva e discursiva** contendo 60 (sessenta) questões de múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas de resposta cada uma, e apenas uma alternativa correta, e 1 (uma) questão discursiva;
 - um **cartão de respostas** ótico personalizado; e,
 - uma **folha de respostas da prova discursiva**.
- Verifique se a numeração das questões, a paginação do **caderno de questões** e as codificações do **cartão de respostas** ótico e da **folha de respostas da prova discursiva** estão corretas.
- Quando autorizado pelo **fiscal do IADES**, no momento da identificação, escreva no espaço apropriado do **cartão de respostas**, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Fez-se do amigo próximo, distante.

- Você dispõe de 4 (quatro) horas e 30 (trinta) minutos para fazer as **provas objetiva e discursiva**, devendo controlar o tempo, pois não haverá prorrogação desse prazo. Esse tempo inclui a marcação do **cartão de respostas** ótico e o preenchimento da **folha de respostas da prova discursiva**.
- Somente será permitido levar o **caderno de questões** após 4 (quatro) horas do início das provas.
- Somente após decorrida 1 (uma) hora do início das provas, você poderá entregar seu **cartão de respostas** ótico e a **folha de respostas da prova discursiva** e retirar-se da sala.
- Após o término da prova, entregue ao fiscal do **IADES** o **cartão de respostas** e a **folha de respostas da prova discursiva** devidamente assinados.
- Deixe sobre a carteira apenas o documento de identidade e a **caneta esferográfica de tinta preta ou azul, fabricada de material transparente**.
- Não é permitida a utilização de qualquer aparelho eletrônico de comunicação. Desligue e guarde em embalagem fornecida pelo fiscal do **IADES**: máquina fotográfica; telefone celular; relógio; gravador; *bip*; receptor; *pager*; *notebook*; *tablet* eletrônico; *walkman*; aparelho portátil de armazenamento e de reprodução de músicas, vídeos e outros arquivos digitais; agenda eletrônica; *palmtop*; régua de cálculo; máquina de calcular e (ou) qualquer outro equipamento similar.
- Não é permitida a consulta a livros, dicionários, apontamentos e apostilas.
- Você poderá sair e retornar à sala de aplicação de provas somente na companhia de um **fiscal do IADES**.
- Não será permitida a utilização de lápis em nenhuma etapa da prova.

INSTRUÇÕES PARA AS PROVAS OBJETIVA E DISCURSIVA

- Verifique se os seus dados estão corretos no **cartão de respostas da prova objetiva** e na **folha de respostas da prova discursiva**. Caso haja algum dado incorreto, escreva apenas no(s) campo(s) a ser(em) corrigido(s), conforme instruções no **cartão de respostas**.
- Leia atentamente cada questão e assinale, no **cartão de respostas** ótico, uma única alternativa.
- O **cartão de respostas** ótico e a **folha de respostas da prova discursiva** não podem ser dobrados, amassados, rasurados ou manchados e nem podem conter nenhum registro fora dos locais destinados às respostas.
- A maneira correta de assinalar a alternativa no **cartão de respostas** é cobrir, fortemente, com **caneta esferográfica preta ou azul**, o espaço a ela correspondente. Marque as respostas assim:

PROVA TIPO A

Realização:

**iades**

CONHECIMENTOS BÁSICOS
Questões de 1 a 25

LÍNGUA PORTUGUESA
Questões de 1 a 8

Texto 1 para responder as questões de 1 a 3.

TSE lança campanha para incentivar jovens a tirar título de eleitor e votar em 2014

¹ Com o tema “Eu me represento: eu voto” e o slogan “Vem para a urna”, começou a ser veiculada na última quarta-feira (16) nas emissoras de rádio e TV a Campanha do Jovem Eleitor. Desenvolvida pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a iniciativa busca incentivar os cidadãos de 16 e 17 anos – para os quais o voto é facultativo – a procurar um cartório eleitoral para tirar seu título e, assim, participar ativamente do pleito de 2014.

A campanha também tem o objetivo de fortalecer a cidadania, estimulando a participação do eleitor jovem nos rumos da política nacional, primeiramente, por meio do voto consciente, em candidatos com a ficha limpa e, em seguida, com ações de fiscalização da atuação de seus representantes. Além disso, a iniciativa busca evitar a formação de filas nos cartórios às vésperas da eleição.

Disponível em: <<http://www.tre-pa.jus.br/noticias-tre-pa/2013/Outubro/tse-lanca-campanha-para-incentivar-jovens-a-tirar-titulo-e-votar-em-2014>>
Acesso em: 30/12/2013, com adaptações.

QUESTÃO 1

A respeito da Campanha do Jovem Eleitor, é correto afirmar que

- (A) não há coerência entre o seu tema e o seu *slogan*.
- (B) está voltada, principalmente, aos jovens que têm o dever de votar em 2014.
- (C) foi desenvolvida pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em parceria com as emissoras de rádio e TV.
- (D) tem apenas um objetivo: incentivar os cidadãos de 16 e 17 anos a tirar seu título.
- (E) pretende estimular a participação do eleitor jovem nos rumos da política nacional, a fim de fortalecer a cidadania.

QUESTÃO 2

Considerando as relações morfossintáticas e semânticas do trecho “a iniciativa busca incentivar os cidadãos de 16 e 17 anos – para os quais o voto é facultativo – a procurar um cartório eleitoral para tirar seu título e, assim, participar ativamente do pleito de 2014.” (linhas de 5 a 8), assinale a alternativa correta.

- (A) O objeto indireto de “incentivar” é a oração “a procurar um cartório eleitoral”.
- (B) Em duas orações, ocorre predicado nominal.
- (C) Em “para tirar seu título”, a conjunção em destaque foi empregada para introduzir uma explicação ao que foi declarado na oração anterior.
- (D) “para”, em suas duas ocorrências, introduz uma oração subordinada adverbial final.
- (E) “ativamente” funciona como adjunto adnominal.

QUESTÃO 3

Com referência às prescrições da norma padrão da língua portuguesa sobre a regência dos verbos e nomes e quanto ao uso da crase, assinale a alternativa que reproduz o sentido da oração “A campanha também tem o objetivo de fortalecer a cidadania” (linhas 9 e 10).

- (A) A campanha também deseja ao fortalecimento da cidadania.
- (B) A campanha ainda aspira a fortalecer à cidadania.
- (C) A campanha ainda objetiva a fortalecer a cidadania.
- (D) A campanha também visa ao fortalecimento da cidadania.
- (E) A campanha também anseia à fortalecer a cidadania.

Texto 2 para responder as questões de 4 a 7.

Série Inclusão: a conquista do voto feminino no Brasil

¹ Desde que a professora Celina Guimarães Viana conseguiu seu registro para votar, há 86 anos, a participação feminina no processo eleitoral brasileiro se consolidou. Celina é apontada como sendo a primeira eleitora do Brasil. Nascida no Rio Grande do Norte, ela requereu sua inclusão no rol de eleitores do município de Mossoró-RN, onde nasceu e viveu, em novembro de 1927.

Foi naquele ano que o Rio Grande do Norte colocou em vigor lei eleitoral que determinava, em seu artigo 17, que no estado poderiam “votar e ser votados, sem distinção de sexos”, todos os cidadãos que reunissem as condições exigidas pela lei. Com essa norma, mulheres das cidades de Natal, Mossoró, Açari e Apodi alistaram-se como eleitoras em 1928.

Assim, o Rio Grande do Norte ingressou na História do Brasil como o estado pioneiro no reconhecimento do voto feminino. Também no Rio Grande do Norte, foi eleita a primeira prefeita do Brasil. Em 1929, Alzira Soriano elegeu-se na cidade de Lages.

(...)

Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/noticias-tse/2013/Abril/serie-inclusao-a-conquista-do-voto-feminino-no-brasil>> Acesso em: 30/12/2013, com adaptações.

QUESTÃO 4

Com base nas informações do texto e nas relações entre as partes que o constituem, assinale a alternativa correta.

- (A) A professora Celina Guimarães Viana votou pela primeira vez em 1927, por isso, é apontada como sendo a primeira eleitora do Brasil.
- (B) Em novembro de 1927, entrou em vigor a lei que tornou possível o voto feminino no Rio Grande do Norte.
- (C) Qualquer cidadão do Rio Grande do Norte, homem ou mulher, passou a poder votar a partir de 1927.
- (D) O Rio Grande do Norte foi o primeiro estado brasileiro a reconhecer o voto feminino e a ter uma cidade onde se elegeu uma prefeita.
- (E) Cronologicamente, o feito de Alzira Soriano foi anterior ao de Celina Guimarães Viana.

QUESTÃO 5

Com relação à norma padrão da língua portuguesa, assinale a alternativa correta.

- (A) Outra redação possível para a oração “há 86 anos” (linha 2) seria fazem 86 anos.
- (B) Na oração “ela requereu sua inclusão no rol de eleitores do município de Mossoró-RN, onde nasceu e viveu.” (linhas de 5 a 7), no lugar de “sua inclusão” poderia ser utilizado o pronome lhe.
- (C) Na oração “onde nasceu e viveu” (linhas 6 e 7), o pronome destacado deveria ser substituído por aonde.
- (D) O emprego da vírgula, no início e no fim da oração “onde nasceu e viveu” (linhas 6 e 7), é facultativo.
- (E) No trecho “mulheres das cidades de Natal, Mossoró, Açari e Apodi alistaram-se como eleitoras em 1928.” (linhas de 12 a 14), a vírgula foi utilizada adequadamente, nas duas ocasiões, para separar termos que desempenham a mesma função sintática.

QUESTÃO 6

Acerca dos mecanismos de coesão, utilizados pelo autor para garantir a coerência do texto, assinale a alternativa correta.

- (A) Na oração “ela requereu sua inclusão no rol de eleitores do município de Mossoró-RN” (linhas 5 e 6), “sua” refere-se a “ela”, que, por sua vez, retoma o termo “Celina”, citado no período anterior.
- (B) Na passagem “o Rio Grande do Norte colocou em vigor lei eleitoral que determinava” (linhas 8 e 9), “que” refere-se a “vigor”.
- (C) O vocábulo destacado em “em seu artigo 17” (linha 9) retoma “Rio Grande do Norte”.
- (D) No período “Com essa norma, mulheres das cidades de Natal, Mossoró, Açari e Apodi alistaram-se como eleitoras em 1928.” (linhas de 12 a 14), o vocábulo destacado foi empregado inadequadamente.
- (E) “Assim” (linha 15) foi utilizado para introduzir uma conclusão referente às informações apresentadas nos parágrafos anteriores, por isso poderia ser substituído por Apesar disso.

QUESTÃO 7

Caso o autor optasse por reunir em um só período, sem comprometer o sentido original do texto, as três orações que compõem o parágrafo “Assim, o Rio Grande do Norte ingressou na História do Brasil como o estado pioneiro no reconhecimento do voto feminino. Também no Rio Grande do Norte, foi eleita a primeira prefeita do Brasil. Em 1929, Alzira Soriano elegeu-se na cidade de Lages.” (linhas de 15 a 19), a nova redação deveria ser

- (A) Como se não bastasse o Rio Grande do Norte ter ingressado na História do Brasil como o estado pioneiro no reconhecimento do voto feminino, ele também o foi na eleição de uma prefeita, ainda que, em 1929, Alzira Soriano ter sido eleita na cidade de Lages.

- (B) Assim, o Rio Grande do Norte ingressou na História do Brasil como o estado pioneiro não só no reconhecimento do voto feminino, mas na eleição de uma prefeita, uma vez que, em 1929, Alzira Soriano elegeu-se na cidade de Lages.
- (C) Assim, o Rio Grande do Norte ingressou na História do Brasil como o estado pioneiro não só no reconhecimento do voto feminino, mas também na eleição de uma prefeita, já que, em 1929, Alzira Soriano elegeu-se na cidade de Lages.
- (D) Assim, o Rio Grande do Norte ingressou na História do Brasil como o estado pioneiro não só no reconhecimento do voto feminino, como na eleição de uma prefeita, já que, em 1929, Alzira Soriano elegeu-se na cidade de Lages.
- (E) Assim, o Rio Grande do Norte ingressou na História do Brasil como o estado pioneiro no reconhecimento do voto feminino e também na eleição de uma prefeita, todavia, em 1929, Alzira Soriano elegeu-se na cidade de Lages.

QUESTÃO 8

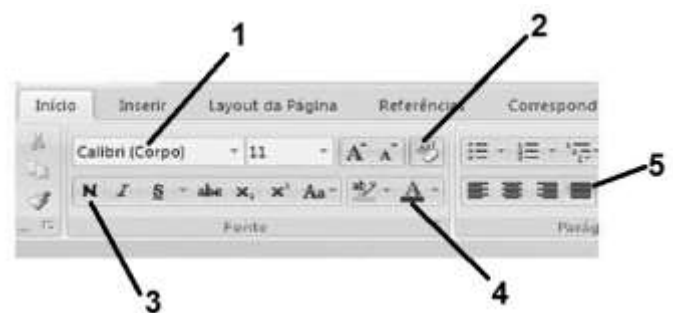
Conforme a norma padrão e a ortografia oficial da língua portuguesa, as lacunas dos períodos “___ tantos candidatos corruptos eleitos nas últimas décadas, cabe ___ população brasileira valorizar ___ do que nunca o seu voto em 2014, ano ___ poderá reverter tal quadro.”, devem ser preenchidas, respectivamente, com

- (A) Face a, à, mais e no qual.
- (B) Face aos, à, mais e em que.
- (C) Em face de, à, mais e em que.
- (D) Em face de, a, mais e em que.
- (E) Em face a, à, mas e no qual.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Questões de 9 a 11

QUESTÃO 9



A imagem apresenta é parte da Faixa de Opções no *software* Microsoft Word. Considerando a imagem, o nome e a função das partes indicadas, assinale a alternativa correta.

- (A) 1 → **Fonte**. Altera o tamanho da fonte.
- (B) 2 → **Borda do caractere**. Aplica uma borda ao redor de um conjunto de caracteres ou de uma frase.
- (C) 3 → **Negrito**. Aplica negrito ao texto selecionado.
- (D) 4 → **Sublinhado**. Desenha uma linha sob o texto selecionado.
- (E) 5 → **Justificar o parágrafo**. Cria um espaço para inserção de comentários e justificativas no documento.

QUESTÃO 10

Qual sinal deve ser colocado antes de qualquer comando para que o *software* Microsoft Excel reconheça uma função?

- (A) = (igual).
- (B) ! (exclamação).
- (C) \$ (cifrão).
- (D) ++ (dois sinais de mais).
- (E) (*) (asterisco entre parênteses).

QUESTÃO 11

Em relação aos termos e tecnologias utilizados no ambiente de *Internet*, assinale a alternativa correta.

- (A) WWW é a sigla para *world wide web* (teia de alcance global). Os endereços dos sítios eletrônicos na *web* são reconhecidos pelo uso do símbolo @ (arroba). Geralmente, o endereço apresenta as seguintes indicações: nomedosítio@www.com ou nomedosítio@www.com.br.
- (B) A *extranet* tem o mesmo significado da *Internet*, com uma única diferença: ela permite a troca de hipertexto, imagem, áudio e vídeo entre plataformas (sistemas operacionais e *hardware*) diferentes, o que não ocorre na *Internet*.
- (C) Os navegadores (*browsers*) são programas que permitem acessar a *Internet* pelas páginas da *Web*.
- (D) O *File Transfer Protocol* (FTP) cria uma hierarquia de domínios e é o coração da *Internet*. Os domínios são classificados por país e recebem uma terminação para cada um deles (ex.: no Brasil, a terminação é **.com.br**).
- (E) A *Intranet*, que está atualmente em estágio avançado de desenvolvimento, substituirá em breve a *Internet*, pois permitirá a transmissão de imagens em 3-D com alta velocidade.

**NORMAS APLICÁVEIS AOS SERVIDORES
PÚBLICOS
Questões de 12 a 16**

QUESTÃO 12

Considere hipoteticamente que Maria, servidora pública federal, foi citada no âmbito do processo administrativo disciplinar (PAD), regido pela Lei nº 8.112/1990. Com base nessa situação, assinale a alternativa que indica um procedimento que, no seu rito ordinário, é previsto após o referido momento processual.

- (A) Interrogatório de Maria.
- (B) Inquirição de testemunhas.
- (C) Publicação do ato que constituir a comissão processante.
- (D) Indiciação de Maria.
- (E) Apresentação de defesa escrita de Maria.

QUESTÃO 13

De acordo com a Lei nº 8.112/1990, no que se refere às disposições preliminares e ao provimento de cargos públicos, assinale a alternativa correta.

- (A) Não é possível o provimento de cargos públicos senão em decorrência de prévia aprovação e classificação em concurso público.
- (B) A referida lei veda o provimento de cargos públicos a estrangeiros, excepcionando tão somente no caso de professores de universidades e de instituições de pesquisa científica e tecnológica federais.
- (C) São requisitos para nomeação em cargo público a nacionalidade brasileira; o gozo de direitos políticos; a quitação com as obrigações militares e eleitorais; o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo; a idade mínima de dezoito anos e a aptidão física e mental, sem prejuízo de outros requisitos que possam ser justificados conforme as atribuições do cargo, mas desde que estabelecidos em lei.
- (D) Os ocupantes de cargos em comissão são considerados servidores públicos.
- (E) Ainda que previstas outras formas de provimento no seu texto originário, a referida lei foi alterada para que somente por meio da nomeação sejam providos os cargos públicos.

QUESTÃO 14

João, servidor público federal, regido pela Lei nº 8.112/1990, pretende utilizar o seu direito de petição, criado pelo referido estatuto funcional. Com base nessas informações, assinale a alternativa que está de acordo com as disposições normativas dessa lei.

- (A) É por meio do requerimento que deverá ser iniciado o procedimento, que, em face da hierarquia funcional, sempre será dirigido à respectiva chefia imediata.
- (B) Em caso de provimento do pedido de reconsideração ou do recurso que João apresentou em face da decisão que lhe foi desfavorável, os efeitos daquele provimento retroagirão à data do respectivo requerimento que deflagrou o seu exercício de direito de petição.
- (C) Ainda que prescrito o prazo para o exercício do direito de João, deve a Administração relevá-lo caso tenha constatado a prática de ato ilegal por agente público, uma vez que a autotutela administrativa exige a anulação dos atos ilegais.
- (D) Ainda que cabíveis pedido de reconsideração e recurso, somente esse último interrompe a prescrição.
- (E) A despeito de prescritível, o direito de requerer, uma vez configurada força maior, passa a ser prorrogável.

Área livre

QUESTÃO 15

Assinale a alternativa que apresenta todas as hipóteses expressamente elencadas na Lei nº 8.112/1990, em que há previsão de adoção do procedimento sumário no âmbito do processo administrativo disciplinar (PAD) por ela instituído.

- (A) Acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas e abandono de cargo ou inassiduidade habitual.
- (B) Quando deliberadas após a consideração da natureza e da gravidade da infração cometida, dos danos que dela provierem para o serviço público, das circunstâncias agravantes ou atenuantes e dos antecedentes funcionais.
- (C) Quando a conduta do servidor for punível com a penalidade de advertência ou suspensão de até 30 dias.
- (D) Acumulação ilegal de cargos públicos e abandono de cargo.
- (E) Quando o fato narrado não configurar evidente infração disciplinar ou ilícito penal.

QUESTÃO 16

Considerando as hipóteses apresentadas envolvendo servidores públicos regidos pela Lei nº 8.112/1990, assinale a alternativa que corresponde a um direito ou a uma vantagem que possui fundamentação de acordo com o contido na referida lei.

- (A) José faltou ao serviço decorrente de força maior. Nesse caso, desde que chefia imediata aceite a justificativa apresentada, a ausência dele será automaticamente considerada de efetivo exercício.
- (B) Maria recebeu pagamento indevido da Administração. Nesse caso, a partir do mês imediatamente subsequente ao processamento da folha, deverão ser iniciados os descontos, em parcelas que não poderão ser inferiores ao correspondente a 10% da respectiva remuneração.
- (C) João, observados os demais preceitos legais, terá direito à metade do valor da diária por dia de afastamento se a União custear, por meio diverso, as despesas extraordinárias cobertas por aquelas diárias.
- (D) Isabel, servidora que tem o deslocamento da sede como atribuição, mas, como exigência permanente do cargo, não terá direito à indenização de transporte quando realizar despesas com o uso de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos.
- (E) Pedro foi nomeado para ocupar cargo em comissão que lhe enquadra nas hipóteses de percepção ao auxílio-moradia. Todavia, para ter tal direito, deverá, entre os demais requisitos legais, comprovar que, a partir da data da respectiva nomeação, nem ele nem sua companheira são proprietários de imóvel no município em que for exercer o cargo.

Área livre

REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ

Questões de 17 a 20

QUESTÃO 17

Em relação aos processos incidentes previstos no Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE/PA), assinale a alternativa correta.

- (A) Da decisão denegatória em suspensão de segurança proferida pelo presidente do TRE/PA, caberá agravo regimental para o Tribunal.
- (B) A arguição de suspeição dos demais Juízes, que não o Relator ou o Revisor, poderá ser suscitada até o início do julgamento.
- (C) Encontrado o processo original, nele prosseguirá o feito, extraindo-se certidão da inutilização dos autos reconstituídos.
- (D) Se o Tribunal, ao conhecer de qualquer feito, verificar que é imprescindível decidir sobre a validade, ou não, de lei ou ato em face da Constituição, decidirá imediatamente sobre a concessão de medida cautelar e, na Sessão seguinte, deliberará sobre o mérito.
- (E) Poderá o Presidente do Tribunal, a requerimento do representante do Ministério Público Eleitoral, do partido político interessado, da União, do estado do Pará ou dos municípios por aquele Tribunal jurisdicionados, e para evitar grave lesão, suspender, em despacho fundamentado, a execução de liminar, ou da sentença concessiva de mandado de segurança proferida por juiz eleitoral.

QUESTÃO 18

Quanto ao rito previsto no Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE/PA), no que se refere aos recursos ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), assinale a alternativa correta.

- (A) O prazo para a interposição do recurso será de oito dias, contado da publicação da decisão, salvo quando versar sobre expedição de diploma em que o prazo será contado da Sessão da Diplomação.
- (B) Interposto o recurso ordinário contra decisão do Tribunal, o presidente deverá, na própria petição, mandar abrir vista ao recorrido para que, no mesmo prazo, ofereça as respectivas razões.
- (C) Denegado o recurso especial, o recorrente poderá interpor, no prazo de 10 dias, agravo de instrumento.
- (D) O presidente somente poderá negar seguimento ao agravo de instrumento que seja interposto fora do prazo legal.
- (E) Concluída a formação do agravo de instrumento, o presidente determinará a remessa dos autos ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), podendo, ainda, ordenar a extração e a juntada de peças não indicadas pelas partes.

QUESTÃO 19

Acerca da organização e da competência do Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE/PA), dispostas no respectivo Regimento Interno, assinale a alternativa correta.

- (A) Sua composição é de sete membros: quatro deles serão escolhidos mediante eleição pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará, por voto secreto; um, pelo mesmo procedimento, pelo Tribunal Regional Federal da respectiva região, entre seus membros, e os outros dois, juristas com mais de 10n anos de efetiva atividade profissional de advocacia.
- (B) Os juízes e respectivos substitutos, salvo motivo justificado, servirão por dois anos, no máximo, mas nunca por mais de quatro anos.
- (C) O juiz pertencente à classe de jurista não ficará submetido à regra da aposentadoria compulsória dos magistrados aos 70 anos de idade.
- (D) Nenhum juiz efetivo do referido Tribunal poderá voltar a integrá-lo se já tiver ocupado o mesmo cargo por quatro anos consecutivos.
- (E) Não poderão integrar o referido Tribunal pessoas que tenham entre si parentesco consanguíneo ou afim até o terceiro grau.

QUESTÃO 20

Considerando que uma associação de moradores, sediada no município de Belém e com mais de um ano de criação, dirige consulta sobre registro de candidaturas ao Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE/PA), assinale a alternativa correta.

- (A) A consulta deverá, necessariamente, descrever o caso concreto, com as circunstâncias que propiciem o suficiente entendimento do fato, e, ao final, fazer a pergunta, sob pena de não conhecimento.
- (B) As consultas serão distribuídas, exclusivamente ao presidente do TRE/PA.
- (C) O procurador regional eleitoral dará o respectivo parecer no prazo de até cinco dias da vista aberta pelo relator.
- (D) Não é possível essa consulta, conforme disposições do Regimento Interno do referido Tribunal.
- (E) As consultas somente são apreciadas durante o processo eleitoral.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questões de 21 a 60

QUESTÃO 21

Entre os princípios contemplados na Constituição Federal que deverão ser observados pelo Estatuto da Magistratura, assinale a alternativa correta.

- (A) O requisito de o magistrado possuir dois anos de exercício na respectiva entrância e integrar o juiz a primeira quinta parte da lista de antiguidade dessa para promoção por merecimento pode, por expressa disposição constitucional, ser excepcionado.
- (B) Para fins de promoção, na apuração de antiguidade, o tribunal somente poderá recusar o juiz mais antigo

pelo voto fundamentado de dois terços de seus membros, conforme procedimento próprio, sem, todavia, previsão expressa de observância de ampla defesa ou de contraditório, repetindo-se a votação até fixar-se a indicação.

- (C) Uma das alterações promovidas pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004, (conhecida como da Reforma do Judiciário) foi a vedação de promoção do juiz que, em qualquer caso, retiver autos em seu poder além do prazo legal, devolvendo-os ao cartório sem o devido despacho ou decisão.
- (D) O regime próprio de aposentadoria dos magistrados e da pensão de seus dependentes será regulado pela Lei Complementar específica a que alude o Texto Constitucional (estatuto da magistratura).
- (E) A Emenda Constitucional nº 45, de 2004, (conhecida como da Reforma do Judiciário) previu a possibilidade de delegação de competência a servidores para a prática de atos de administração, porém vedou essa prática para quaisquer atos processuais de competência dos magistrados.

QUESTÃO 22

Os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judiciária, mereceram destaque na Constituição Federal. A propósito do tema, assinale a alternativa correta.

- (A) Os débitos de natureza alimentícia compreendem aqueles decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou por invalidez, fundadas em responsabilidade civil, em virtude de sentença judicial transitada em julgado e serão pagos, em qualquer hipótese, com preferência sobre outros débitos.
- (B) O credor não poderá ceder, total ou parcialmente, seus créditos em precatórios a terceiros, sem a concordância do devedor.
- (C) Os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida, em qualquer caso, o fracionamento daqueles.
- (D) A União poderá assumir, observados os requisitos constitucionais, débitos oriundos de precatórios, de Estados, Distrito Federal e Municípios, refinanciando-os diretamente.
- (E) O presidente do tribunal competente que, por ato comissivo ou omissivo, retardar ou tentar frustrar a liquidação regular de precatórios incorrerá em crime de responsabilidade e responderá, também, perante a corregedoria do seu tribunal, sendo o julgamento feito pelo órgão especial deste, sendo vedada a participação daquela autoridade nos seus atos.

QUESTÃO 23

A História dos direitos e das garantias fundamentais permite demonstrar a evolução da relação entre o Estado e os particulares, e, mais recentemente, da própria relação mesmo entre os particulares. Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988 merece ser conhecida como a “Constituição Cidadã”. Todavia, o seu texto originário já sofreu várias reformas constitucionais, sendo o tema objeto de acirradas discussões doutrinárias. A propósito do tema, assinale a alternativa que contém um direito/garantia fundamental que foi mantido(a) inalterado(a) desde a sua redação originária de 1988 (1) e um direito/garantia fundamental que foi inserido(a) posteriormente (2), respectivamente.

- (A) A lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem (1); Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais. (2).
- (B) São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma dessa Constituição (1); A todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação (2).
- (C) É direito dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social salário família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei (1); O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional, cuja criação tenha manifestado adesão (2).
- (D) É direito dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, a proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos (1); Lei complementar estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a probidade administrativa, a moralidade para exercício de mandato considerada vida pregressa do candidato, e a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na Administração direta ou indireta (2).
- (E) É direito dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, ação quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho (1); A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência. (2).

QUESTÃO 24

A repartição das competências entre os Poderes é o sustentáculo do Estado Democrático de Direito, como forma de concretizar os freios e contrapesos. Nesse sentido, dispor sobre todas as matérias de competência da União, com a sanção do presidente da República, é atribuição do Congresso Nacional. Assinale a alternativa que contém a matéria que a Constituição Federal expressamente não exige sanção.

- (A) Organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária e do Ministério Público do Distrito Federal.
- (B) Transferência temporária da sede do Governo Federal.
- (C) Fixação do subsídio dos ministros do Supremo Tribunal Federal.
- (D) Plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado.
- (E) Fixar os subsídios do presidente e do vice-presidente da República e dos ministros de Estado.

QUESTÃO 25

A Constituição Federal, ao tratar da repartição das competências entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, visa a resguardar o denominado equilíbrio federativo. A respeito do tratamento constitucional da matéria, assinale a alternativa correta.

- (A) No âmbito da legislação privativa, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.
- (B) A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- (C) Redação conferida pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006, passou a dispor que Leis complementares (e não somente uma Lei complementar, conforme previsão do texto originário da Constituição Federal de 1988) fixarão normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional.
- (D) A superveniência de lei federal sobre normas gerais revoga a eficácia da lei estadual, distrital ou municipal, no que lhe for contrário.
- (E) Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios exercerão a competência legislativa plena para atender a suas peculiaridades.

QUESTÃO 26

A respeito do tratamento expressamente conferido aos servidores públicos pela Constituição Federal vigente, assinale a alternativa correta.

- (A) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados.
- (B) Lei da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios disciplinará a aplicação de recursos orçamentários provenientes da economia com despesas correntes em cada órgão, autarquia e fundação, para aplicação no desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento, modernização, reaparelhamento e racionalização do serviço público, sendo vedada a concessão de adicional ou prêmio de produtividade.
- (C) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir regime de previdência complementar para os servidores titulares de cargo efetivo, que será instituído por lei de iniciativa do respectivo Poder Executivo, por intermédio de entidades fechadas de previdência complementar, de natureza pública, que oferecerão aos respectivos participantes planos de benefícios somente na modalidade de benefício definido, hipótese na qual poderá ser fixado, para o valor das aposentadorias e pensões, o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social.
- (D) O servidor público estável só perderá o cargo: I - em virtude de sentença judicial transitada em julgado; II - mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa; III - mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei específica, assegurados ampla defesa e contraditório.
- (E) O tempo de contribuição federal, estadual ou municipal será contado para efeito de aposentadoria e o tempo de serviço correspondente para efeito de disponibilidade.

QUESTÃO 27

A respeito dos atos administrativos, assinale a alternativa que contém a hipótese fixada em lei que se verifica quando a matéria de fato ou de direito em que se fundamenta o ato é juridicamente inadequada ao resultado obtido, resultando na sua anulação.

- (A) Inexistência de motivos.
- (B) Incompetência.
- (C) Desvio de finalidade.
- (D) Presunção de ilegitimidade.
- (E) Ilegalidade do objeto.

QUESTÃO 28

A licitação, com a integralidade dos procedimentos de suas fases interna e externa, é a regra geral para as aquisições e alienações públicas. Por meio dela, os princípios administrativos da legalidade, da moralidade, da impessoalidade, entre outros, são concretizados. Todavia há hipóteses em que a legislação autoriza um processo licitatório mais abreviado, sem prejuízo dos procedimentos da sua fase interna. Nesse cenário, assinale a alternativa que apresenta uma possibilidade legalmente prevista de licitação dispensável, na qual esse rito ocorre de acordo com as disposições vigentes da Lei nº 8.666, de 1993.

- (A) Na contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, em consequência de rescisão contratual, poderá a Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para celebração do contrato nas condições ofertadas por esses, desde que o respectivo valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados nos termos do instrumento convocatório.
- (B) Nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, prorrogável, com a devida justificativa da manutenção da situação, por uma única vez, por até igual período.
- (C) Para a impressão dos diários oficiais, dos formulários padronizados de uso da Administração e de edições técnicas oficiais, bem como para prestação de serviços de informática à pessoa jurídica de direito público interno, por órgãos ou entidades que integrem a Administração Pública, e que tenham sido criados para esse fim específico em data anterior à vigência da referida lei.
- (D) Na contratação de entidades privadas sem fins lucrativos, para implementação de cisternas ou outras tecnologias sociais de acesso à água para consumo humano e produção de alimentos, para beneficiar as famílias rurais de baixa renda atingidas pela seca ou pela falta regular de água.
- (E) Para contratação de serviços técnicos de estudos técnicos, planejamentos e projetos básicos ou executivos; pareceres, perícias e avaliações em geral; assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias; fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços; patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas; treinamento e aperfeiçoamento de pessoa e restauração de obras de arte e bens de valor histórico, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado, vedada para contratação de serviços de publicidade e divulgação.

QUESTÃO 29

Os contratos administrativos, diferentemente dos contratos privados, devem obediência ao princípio da supremacia do interesse público. Assim, aqueles contratos caracterizam-se pela sua mutabilidade, diferentemente do que ocorre nos ajustes privados, todavia respeitados os limites impostos na lei geral licitatória.

Em relação a esse tema, assinale a alternativa que contém expressa possibilidade de alteração dos contratos regidos pela referida lei, com as devidas justificativas, por acordo das partes.

- (A) Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos na referida lei.
- (B) Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração de obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.
- (C) Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos.
- (D) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada, em qualquer caso, a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado.
- (E) Quando necessária a modificação do regime de execução da obra, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários, vedada a alteração para execução de serviços.

QUESTÃO 30

A Lei nº 9.784, de 1999, regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública federal brasileira, aplicando-se apenas subsidiariamente nos processos administrativos específicos. Desconsiderando quaisquer outros preceitos estabelecidos em legislação própria e em relação ao recurso previsto na referida lei e assinale a alternativa correta.

- (A) O recurso interpõe-se por meio de requerimento no qual o recorrente deverá expor os fundamentos do pedido de reexame, vedada a juntada de documentos novos que não o tenham sido na fase instrutória.
- (B) O órgão competente para decidir o recurso poderá confirmar, modificar, anular ou revogar, total ou parcialmente, a decisão recorrida, se a matéria for de sua competência, sendo prevista possibilidade legal

de gravame à situação do recorrente, desde que lhe seja concedido prazo, após a decisão, para um novo recurso quanto a esse gravame.

- (C) Interposto o recurso, o órgão competente, após dele conhecer, deverá intimar os demais interessados para que, no prazo de cinco dias úteis, apresentem alegações.
- (D) O recurso não será conhecido quando apresentado fora do prazo ou perante órgão incompetente ou por quem não seja legitimado ou, ainda, após exaurida a esfera administrativa, hipóteses as quais não impedem a Administração de rever de ofício o ato ilegal, ainda que não ocorrida preclusão administrativa.
- (E) Têm legitimidade para sua interposição aqueles que, ainda que não tenham sido partes no processo, são arrolados na referida lei.

QUESTÃO 31

Em relação aos princípios aplicáveis às licitações, dispostos na Lei nº 8.666, de 1993, assinale a alternativa correta.

- (A) Atendendo ao princípio da isonomia, é vedado, em qualquer caso, estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra, entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere à moeda, à modalidade e ao local de pagamentos, mesmo quando envolvidos financiamentos de agências internacionais.
- (B) Em respeito ao princípio da legalidade, os editais de licitação para contratação de bens, serviços e obras poderão, mediante prévia justificativa da autoridade competente, exigir que o contratado promova, em favor de órgão ou entidade integrante da Administração Pública ou daqueles por ela indicados a partir de processo isonômico, medidas de compensação comercial, industrial, tecnológica ou acesso a condições vantajosas de financiamento, cumulativamente ou não, na forma estabelecida pelo Poder Executivo federal.
- (C) Em face do princípio da eficiência, nas contratações destinadas à implantação, à manutenção e ao aperfeiçoamento dos sistemas de tecnologia de informação e comunicação, considerados estratégicos em ato do Poder Executivo federal, a licitação poderá ser restrita a bens e serviços com tecnologia estrangeira.
- (D) Em homenagem ao princípio do controle dos atos administrativos, todos quantos participem de licitação promovida pelos órgãos ou pelas entidades, descritos na referida lei, têm direito público subjetivo à fiel observância do pertinente procedimento nela estabelecido, podendo os cidadãos acompanhar o seu desenvolvimento, sendo vedada qualquer limitação por parte dos agentes públicos a esse direito, sujeitando os responsáveis às sanções cabíveis.
- (E) Em respeito ao princípio da publicidade, a licitação não será sigilosa, sendo públicos e acessíveis ao público, a qualquer tempo, os atos de seu procedimento.

QUESTÃO 32

Não basta aos que mantêm relacionamento com o Estado serem honestos, têm eles, além disso, de parecer honestos. Essa máxima conduz à ideia de que se deve exigir daqueles indivíduos mais do que o cumprimento de suas obrigações civis, penais e administrativas. Nesse sentido, a Lei nº 8.429, de 1992, ao disciplinar a improbidade administrativa, trouxe ao ordenamento jurídico brasileiro mais uma esfera de responsabilização a seus destinatários. A propósito da referida lei, assinale a alternativa correta.

- (A) A referida lei destina-se exclusivamente aos agentes públicos, mas, no seu corpo, alarga o seu conceito, nele abrangendo todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função na Administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal, dos municípios, de Território, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de 50% do patrimônio ou da receita anual.
- (B) São definidos como atos de improbidade administrativa aqueles que, dolosa ou culposamente, importam enriquecimento ilícito, os que causam prejuízo ao erário e os que atentam contra os princípios da Administração Pública.
- (C) As suas penas variam conforme a classificação da gravidade do ato de improbidade administrativa, mas, dentro de cada uma, devem ser aplicadas cumulativamente, em face da inexistência de previsão legal de aplicação de forma isolada.
- (D) A nomeação, a posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração dos bens e valores que compõem seu patrimônio privado, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente
- (E) A referida lei prevê hipótese de que a aplicação das suas sanções dependa da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público.

QUESTÃO 33

Considerando os fundamentos de organização, um servidor, ao descrever o órgão no qual trabalha, caracterizou-o como uma estrutura administrativa dotada de uma amplitude estreita de administração e um número relativamente grande de níveis hierárquicos. Nesse caso, o servidor referiu-se ao conceito de

- (A) amplitude administrativa.
- (B) amplitude de controle.
- (C) estrutura plana ou achatada.
- (D) estrutura alta ou aguda.
- (E) estrutura centralizada.

QUESTÃO 34

Por meio do Decreto nº 5.378/2005, o governo federal instituiu o Programa Nacional de Gestão Pública e

Desburocratização (GESPÚBLICA) com a finalidade de contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados aos cidadãos e para o aumento da competitividade do País. Quanto à excelência nos serviços públicos, assinale a alternativa que contém todos os elementos dos quatro blocos constantes do Modelo de Excelência em Gestão Pública (MEGP).

- (A) Planejamento, execução, controle e ação corretiva.
- (B) Liderança, estratégias, planos, cidadãos, sociedade, pessoas, processos, resultados, informações e conhecimento.
- (C) Planejamento, processos, resultados, controle e *feedback*.
- (D) Estratégias, planos, rotas, caminhos, direção e coordenação.
- (E) Análise do ambiente, geração de alternativas, definição de objetivos, controle dos resultados e ação corretiva.

QUESTÃO 35

“Não estamos diante de um ‘desaparecimento do estado’. Pelo contrário, precisamos de um governo forte, vigoroso e muito ativo. Mas enfrentamos a escolha entre o governo extenso e impotente e o governo que é forte porque se limita a decidir e a dirigir, deixando o ‘fazer’ para outrem. Precisamos de um governo que pode e deve governar. Isto é, não um governo que ‘faz’; não um governo que ‘administra’ – mas sim um governo que governa.”

DRUCKER, Peter F. As novas realidades. Tradução de Carlos Afonso Malferrari. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1991.

Diante dos paradigmas do atual papel do governo na sociedade, a obra de Osborne e Gaebler, *Reinventado o governo*, de 1995, traz o conceito de governo empreendedor. Com base nessas informações, é correto afirmar que esse conceito se refere a um governo

- (A) que adota princípios da gestão burocrática como base para as próprias ações.
- (B) lento, ineficiente e impessoal.
- (C) eficaz, porém ineficiente à medida que não consegue resultados consideráveis.
- (D) que, ao visar resultados de melhor resposta às demandas dos cidadãos como clientes, tem base em avaliações periódicas.
- (E) que pertence à comunidade, dando responsabilidade ao cidadão em vez de servi-lo.

QUESTÃO 36

A excelência na prestação de um serviço possui fundamentos e critérios. Considere, hipoteticamente, que determinado órgão, obtém a compreensão e segmentação do conjunto das atividades e processos da organização que agreguem valor às partes interessadas, sendo que a tomada de decisões e a execução de ações têm como base a medição e a análise do desempenho, levando-se em consideração as informações disponíveis. É correto afirmar que esse órgão está em consonância com o fundamento ou critério da (o)

- (A) visão de futuro.
- (B) geração de valor.
- (C) orientação por processos e informações.
- (D) foco no cidadão e na sociedade.
- (E) liderança e constância de propósitos.

QUESTÃO 37

Órgãos setoriais do governo federal têm posto em prática, nos últimos anos, muitos dos mecanismos anteriormente usados apenas na administração de empresas privadas. Um conceito relevante nos últimos cinco anos que aproxima as administrações públicas e privadas é a gestão por resultados. A respeito do tema, assinale a alternativa que apresenta uma ferramenta utilizada pelo governo federal nesse campo.

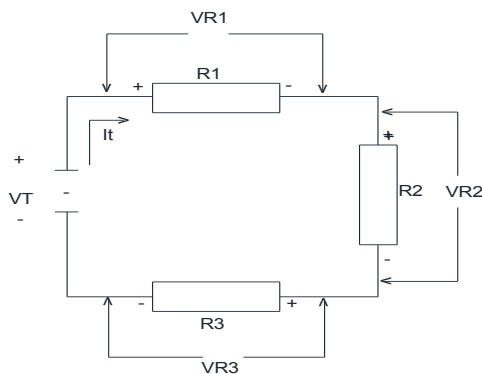
- (A) Prestação de serviços públicos.
- (B) Criação de planos de cargos.
- (C) Concessão de benefícios pessoais.
- (D) Contratualização de resultados.
- (E) Descentralização político-administrativa.

QUESTÃO 38

Do ponto de vista da Administração Pública federal e da doutrina do direito administrativo, o TRE-PA, integrante do Poder Judiciário federal, é um órgão

- (A) descentralizado.
- (B) desconcentrado por colaboração.
- (C) desconcentrado.
- (D) descentralizado por colaboração.
- (E) descentralizado por outorga.

Figura 1 para responder as questões 39 e 40.



QUESTÃO 39

Considerando a figura 1 e os valores para $R_1 = 15 \Omega$, $R_2 = 40 \Omega$, $R_3 = 20 \Omega$ e $V_T = 120 \text{ V}$, assinale a alternativa que apresenta a resistência total (R_t) e a corrente total (I_t) em cada um dos resistores.

- (A) $R_t = 75 \Omega$ e $I_t = 1,6 \text{ A}$.
- (B) $R_t = 50 \Omega$ e $I_t = 2,0 \text{ A}$.
- (C) $R_t = 150 \Omega$ e $I_t = 5,0 \text{ A}$.
- (D) $R_t = 25 \Omega$ e $I_t = 1,8 \text{ A}$.
- (E) $R_t = 35 \Omega$ e $I_t = 1,9 \text{ A}$.

QUESTÃO 40

No circuito da figura 1, qual a tensão total (V_{ri} , $i = 1, 2, 3$) em cada um dos resistores?

- (A) $V_{r1} = 320 \text{ V}$, $V_{r2} = 20 \text{ V}$ e $V_{r3} = 15 \text{ V}$.
- (B) $V_{r1} = 24 \text{ V}$, $V_{r2} = 64 \text{ V}$ e $V_{r3} = 15 \text{ V}$.
- (C) $V_{r1} = 24 \text{ V}$, $V_{r2} = 42 \text{ V}$ e $V_{r3} = 32 \text{ V}$.
- (D) $V_{r1} = 24 \text{ V}$, $V_{r2} = 64 \text{ V}$ e $V_{r3} = 32 \text{ V}$.
- (E) $V_{r1} = 12 \text{ V}$, $V_{r2} = 20 \text{ V}$ e $V_{r3} = 15 \text{ V}$.

QUESTÃO 41

Qual o valor da resistência oposta ao deslocamento de uma corrente de 10 A quando existe uma ddp de 220 V fornecida por um quadro?

- (A) 22 A .
- (B) 44 A .
- (C) 11 A .
- (D) 220 V .
- (E) 110 V .

QUESTÃO 42

Considerando que um motor trifásico de 220 V exige da rede 25 A por fase com um fator de potência de 80% , assinale a alternativa que apresenta a potência fornecida pela rede.

- (A) 2.000 W .
- (B) 2.620 W .
- (C) 4.115 W .
- (D) 5.3300 W .
- (E) 7.612 W .

QUESTÃO 43

Um edifício residencial possui 10 apartamentos, cada um com carga monofásica de 120 V , 4.000 W , somente para iluminação. Pelo critério da capacidade de corrente, os cabos alimentadores do edifício deverão ser dimensionados em

- (A) 220 A .
- (B) 120 A .
- (C) 60 A .
- (D) 192 A .
- (E) 380 V .

QUESTÃO 44

Para a instalação de 10 lâmpadas de 100 W cada uma e um ferro elétrico de 600 W em uma rede de 110 V , será necessário um condutor para

- (A) $18,5 \text{ A}$.
- (B) $14,5 \text{ A}$.
- (C) $12,5 \text{ A}$.
- (D) $10,5 \text{ A}$.
- (E) $9,5 \text{ A}$.

QUESTÃO 45 _____

Em que tipo de fio uma pessoa toma choque se tocar, sem proteção, com a rede ligada?

- (A) Fase.
- (B) Fase e neutro.
- (C) Terra e neutro.
- (D) Terra e fase.
- (E) Neutro.

QUESTÃO 46 _____

É correto afirmar que NR-10 regula

- (A) a segurança em instalações hidráulicas e elétricas nas obras.
- (B) a segurança em instalações elétricas nos locais de trabalho e serviços hidráulicos.
- (C) a segurança em instalações elétricas nos locais de trabalho e serviços de eletricidade.
- (D) as normas para quadros elétricos.
- (E) as normas gerais de obras hidráulicas.

QUESTÃO 47 _____

É correto afirmar que quadros de distribuição devem estar localizados

- (A) em locais de fácil acesso, seguros e nas proximidades geométricas das cargas.
- (B) em locais seguros, mais próximos aos medidores em face quadrilátera das cargas.
- (C) em locais de difícil acesso e longe do quadro de medição.
- (D) em locais de fácil acesso, seguros e fora da edificação.
- (E) ao lado do medidor e longe do centro de carga.

QUESTÃO 48 _____

Um circuito elétrico é composto de

- (A) chave parcial, medidor e rede externa.
- (B) fonte, condutores, proteção, dispositivos de comando e carga.
- (C) medidor, rede interna e quadros.
- (D) chave geral, chave parcial e medidor.
- (E) chave geral, chave parcial, disjuntor e eletroduto.

QUESTÃO 49 _____

Quais os tipos de circuito existentes em uma instalação predial?

- (A) Circuito de tomadas e disjuntores.
- (B) Circuito de medidor e circuito de disjuntores.
- (C) Circuitos de motores e quadros.
- (D) Circuitos abertos e fechados.
- (E) Circuito de distribuição e circuitos terminais.

QUESTÃO 50 _____

Um quadro de distribuição deve ser dimensionado pela(o)

- (A) carga instalada.
- (B) demanda ou carga instalada.
- (C) demanda instalada.
- (D) carga parcial no medidor.
- (E) total de 50% da carga dos quadros.

QUESTÃO 51 _____

É correto afirmar que o tipo de entrada no medidor pode ser

- (A) monofásico, somente.
- (B) bifásico no quadro e monofásica no medidor.
- (C) monofásico, bifásico ou trifásico, de acordo com a carga instalada.
- (D) monofásico no medidor e trifásico no quadro.
- (E) polifásico, sempre com duas fases e um retorno.

QUESTÃO 52 _____

O elemento principal na condução de uma descarga atmosférica deve ser o fio _____ e deverá ser interligada à (ao) _____.

As palavras que completam as lacunas, na ordem em que aparecem, são

- (A) terra e fase.
- (B) neutro e terra.
- (C) fase e neutro.
- (D) terra e solo.
- (E) fase 1 e fase 2.

QUESTÃO 53 _____

É correto afirmar que um dispositivo de proteção contra surto (DPS) serve para

- (A) medir a carga total no quadro.
- (B) medir o aterramento do quadro.
- (C) proteger contra sobretensões transitórias causadas por descargas atmosféricas.
- (D) medir a descarga atmosférica em *watt*.
- (E) medir a resistência em *ohm*.






QUESTÃO 54 _____

Em relação à utilização do dispositivo DR, é correto afirmar que

- (A) são ineficientes e conectados ao medidor.
- (B) protegem contra perigo de incêndio na ausência de terra.
- (C) podem ser ligados somente a circuitos de grande carga.
- (D) podem ser ligados somente aos quadros.
- (E) tanto faz usar DR ou DPS.

QUESTÃO 55 _____

As representações de fase, neutro, retorno e terra são

- (A) 
- (B) 
- (C) 
- (D) 
- (E) 

QUESTÃO 56 _____

Os órgãos federal e estadual, respectivamente, responsáveis pela regulação e medição da energia elétrica no estado do Pará são

- (A) CELPA e CEB.
(B) CELPA e ANEEL.
(C) ANEEL e CELPA.
(D) LIGHT e CEB.
(E) ANEEL e COSIPA.

QUESTÃO 57 _____

Assinale a alternativa que apresenta as escalas, utilizadas em ambiente CAD, usuais para elaboração de desenhos.

- (A) 1:50.
(B) 1:1.
(C) 1:100.
(D) 1:25 ou 1:50.
(E) Qualquer uma, desde que configuradas.

QUESTÃO 58 _____

É correto afirmar que as redes telefônicas são dimensionadas em função do número de

- (A) pontos elétricos.
(B) pessoas que utilizarão a edificação.
(C) quadros elétricos.
(D) pontos e área da edificação.
(E) pontos de CFTVA.

QUESTÃO 59 _____

Um projeto elétrico completo deve conter

- (A) planta baixa e corte.
(B) quadros gerais e diagrama unifilar.
(C) planta, esquema vertical, quadros de carga, diagrama unifilar, detalhes gerais e lista de material.

- (D) plantas e diagramas unifilar e trifilar.
(E) plantas, quadros trifilares, diagrama de cargas e esquemas verticais.

QUESTÃO 60 _____

É correto afirmar que o diagrama unifilar possui

- (A) cargas totais.
(B) circuitos, cargas, condutor e proteção.
(C) planta vertical, condutor e disjuntor.
(D) circuito vertical, disjuntor horizontal e níveis esquemáticos.
(E) planta horizontal, disjuntor, cargas e lista de material.

Área livre

PROVA DISCURSIVA

Orientações para a elaboração do texto da prova discursiva:

- A prova discursiva consiste na elaboração de um texto dissertativo.
- A prova discursiva deverá ser manuscrita, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada de material transparente.
- A **folha de texto definitivo** da prova discursiva não poderá ser assinada, rubricada e não deverá conter, em outro local que não o apropriado, nenhuma palavra ou marca que a identifique, sob pena de anulação da prova discursiva.
- A detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição de texto definitivo acarretará anulação da prova do candidato.
- A **folha de texto definitivo** é o único documento válido para a avaliação da prova discursiva.
- O espaço para rascunho, contido no caderno de provas, é de preenchimento facultativo e não valerá para avaliação da prova discursiva.
- O texto deverá ter extensão mínima de 20 (vinte) linhas e máxima de 40 (quarenta) linhas, com base no tema a seguir apresentado.

Leia, com atenção, a informação a seguir.

A NBR 5410 – Instalações elétricas de baixa tensão – teve a última edição publicada em 1997 e fixa as condições a serem atendidas nas instalações de baixa tensão, a fim de garantir o respectivo funcionamento adequado, bem como a segurança das pessoas e conservação dos bens. A norma aplica-se às novas instalações e às reformas em instalações existentes, entendendo como reforma qualquer ampliação de instalações.

Considerando a informação como ponto de partida, redija um texto dissertativo que discorra a respeito da referida norma e de sua importância para o desempenho da função do engenheiro elétrico em uma instituição pública, abordando necessariamente os seguintes tópicos:

- a) a abrangência da norma;
- b) a constituição mínima de projetos de instalação de baixa tensão.

Área livre - Rascunho na página seguinte

Rascunho

| | |
|----|--|
| 1 | |
| | |
| | |
| | |
| 5 | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| 10 | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| 15 | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| 20 | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| 25 | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| 30 | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| 35 | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| 40 | |